

A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL FAMILIAR.

GUERREIRO, E. P.^a SANTOS, D.F.^b MELO, L.A.O.^c MARTINS, M.S.^d

A. Editor-chefe Social Meeting Scientific Journal

*Corresponding author: contato@socialmeeting.info

B. C. D. Acadêmicos de Serviço Social.

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a exclusão social como problema social, influenciado no acesso dos direitos a educação da criança. Através deste estudo busca-se, identificar e compreender as situações que levam a desistência da escola. Partiu-se da visão de Philippe Aries sobre o sentimento da infância; a educação como libertação de Paulo Freire e a questão social abordada por Marilda lamamoto e Maria Carmelita Yazbek. Assim, será analisada a prática profissional do Assistente social diante da criança em situação de vulnerabilidade social, como resultado entende-se que a criança abandona a escola por necessidade de trabalhar para gerar renda familiar, tornando-a vulnerável social e economicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão 1; Criança 2; Vulnerabilidade 3; Social 4.

Abstract

This article aims to analyze social exclusion as a social problem, influenced by the access of children's education rights. This study seeks to identify and understand the situations that lead to dropping out of school. It started from Philippe Aries' view of childhood feeling; education as liberation of Paulo Freire and the social issue addressed by Marilda lamamoto and Maria Carmelita Yazbek. Thus, the professional practice of the social worker in relation to the child in a situation of social vulnerability will be analyzed, as a result it is understood that the child leaves school due to the need to work to generate family income, making him socially and economically vulnerable.

KEYWORDS: Exclusion 1; Child 2; Vulnerability 3; Social 4.

1. Introdução

O modo de produção capitalista aprofunda a exclusão social e agrava a vulnerabilidade social, dificultando o acesso à educação da criança. A busca da acumulação do capital e a manutenção do sistema capitalista, produz e reproduz a desigualdade social gerando o fortalecimento do sistema capitalista e seu desenvolvimento na sociedade, proporcionando pobreza e exclusão atingindo diretamente as famílias com baixa renda.

Embasados nos estudos de Yamamoto e Yazbek, referentes as relações sociais e o modo de produção capitalista. Realizando uma análise das particularidades da criança, suas conquistas no campo de direitos e a importância da educação como aborda Paulo Freire, como forma de transformação social. É por meio das políticas públicas, como dever do Estado em garantir a criança o acesso à educação que o assistente social, juntamente com demais profissionais, poderá atuar no enfrentamento da vulnerabilidade social.

O artigo tem o objetivo de analisar a vulnerabilidade social da família como problema social, destaca-se a importância da educação no processo de desenvolvimento da criança e as influências que levam a desistência da vida escolar.

Autor	Assunto	Referência
Philippe Ariès	Compreensão do sentimento da infância	História Social da Criança e da Família
Paulo Freire	Educação como potencialização social	Pedagogia do Oprimido
Maria Carmelita Yazbek	Pobreza e suas consequências	Pobreza no Brasil contemporâneo e

		formas de seu enfrentamento
Marilda Villela lamamoto e Raul de Carvalho	Capital x Trabalho	Relações Sociais e Serviço Social no Brasil
Carlos Montaña e Maria Lúcia Duriguetto	Estado	Estado, Classe e Movimento Social
Fabiana Aparecida de Carvalho	Serviço social e seu comprometimento com a classe trabalhadora	Serviço Social e a Interdisciplinaridade

Tabela de correlação teórica (Fonte: autores, 2018).

Philippe Ariès aborda em seu livro “História Social da Criança e da Família” a compreensão do sentimento da infância, relatando como este sentimento foi surgindo com o tempo. É a partir da compreensão do sentimento da infância, que surge a importância da educação e da moral para o desenvolvimento da criança.

Paulo Freire aponta em seu livro “Pedagogia do Oprimido” a importância da educação para percepção da realidade, a potencialização e protagonismo do ser social, abordando a educação como principal forma de transformação da realidade.

Maria Carmelita Yazbek aborda em “Pobreza no Brasil e contemporâneo e formas de seu enfrentamento”, que a pobreza vai além da falta de renda, a pobreza afeta a perspectiva de melhora das condições de vida, atingindo a classe trabalhadora e proporcionando a vulnerabilidade social. Esta vulnerabilidade social é originada da relação entre capital e trabalho, e suas consequências na sociedade ao qual Marilda Villela lamamoto juntamente com Raul de Carvalho abordam em “Relações sociais e serviço social no Brasil”.

O Estado como construção da sociedade e responsável pelas políticas sociais e sua efetivação como afirmado por

Carlos Montaña e Maria Lúcia Duriguetto em “Estado, Classe e Movimento Social” tem como dever representar os direitos universais independente da classe social buscando formas de enfrentamento da vulnerabilidade social da família. Em “Serviço Social e a Interdisciplinaridade” de Fabiana Aparecida de Carvalho, o assistente social como agente público voltado aos interesses da classe trabalhadora, atua na potencialização das famílias juntamente com outros profissionais na busca do protagonismo e fortalecimento dos usuários.

1.1 Compreensão do Sentimento da Infância

A análise abordada irá relatar sobre a história da infância do século XI até o século XVII, trazida pelo escritor Philippe Ariès (2016), que foi um importante historiador e medievalista francês da família e da infância. O autor retrata a forma que a criança foi ganhando espaço e importância na sociedade, pois as crianças não eram reconhecidas e compreendidas como na atualidade, suas necessidades, limitações e particularidades não eram consideradas e reconhecidas socialmente.

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda as classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio- ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir deste momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens. (ARIÈS, 2016, p. 193).

Percebe-se que a falta de atenção à criança era devido a crença, que essa fase não tinha tanta importância, uma fase incerta, pelo fato da alta mortalidade infantil que os faziam acreditar que aquilo fosse comum, os pais evitavam se apegar com os filhos. Mesmo aqueles que tinham algum tipo de deficiência, e não se tinha a noção de suas necessidades e estímulos para o melhor desenvolvimento da criança. As mudanças foram acontecendo gradativamente, mas a partir da reforma moral foram percebendo algumas peculiaridades e necessidades da criança. Algumas leis, diretrizes e normas relacionadas aos direitos da criança, foram realizadas sob influência dos Direitos Fundamentais reconhecendo a importância e a necessidade de sua proteção.

Em 1924 a Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, desenvolve em relação aos direitos da criança alguns deveres de proteção organizados em cinco normas, entre elas a garantia de premissas para seu desenvolvimento, saúde, alimentação, proteção, socorro e educação. (Construindo a era dos direitos humanos para criança e adolescentes, 2012).

Em 1948 em seu preambulo no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, afirma que qualquer criança sem exceção tem direito a cuidados, assistência especiais e a proteção social. (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Em 1959 a Declaração dos Direitos da Criança da Assembleia Geral, em seu preambulo proclama direitos para benefício do melhor desenvolvimento da infância, divididos em princípios. (Declaração dos Direitos da Criança, 1959).

Em 1969 a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em seu preambulo no artigo 19, há o conhecimento de que qualquer criança tem direito a

proteção sob responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 1969).

Em 1985 as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores, nos mostram que ainda neste período crianças e adolescentes que cometiam qualquer tipo de crime eram considerados delinquentes.

Em 1988 em seu artigo 227 a Constituição Federal Brasileira, afirma direitos as crianças e aos adolescentes em relação a saúde, aos portadores de deficiência, a proteção, a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, ao transporte, ao trabalho, educação, a justiça e a adoção. (CF, BRASIL, 1988).

Em 1990 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), substituindo o Código de Menores, com a proteção integral sob influência dos direitos fundamentais e entre outros documentos referentes a leis, deveres e obrigações que nos mostram os direitos e deveres, da criança e do adolescente após a compreensão de sua situação de peculiaridade, a atuação do Estado, da família e do poder público em relação a saúde, trabalho, segurança entre outros relativos ao seu desenvolvimento.

E, em 1999, os quatro pilares da educação de Jacques Delors, com a educação como a libertação do desconhecido, dominando o contexto, compreendendo a situação do outro e construindo uma concepção emancipatória do ser social.

1.2 Educação como potencialização social

A partir dessa compreensão da particularidade da infância, que é priorizado o convívio com a família e a responsabilidade dela, do estado e da sociedade em garantir seus direitos. Tendo a educação como principal

direito para o alcance da potencialização, transformadora da realidade e fundamental para o desenvolvimento infantil.

Daí a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica o reconhecimento crítico, a "razão " desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais. (FREIRE, 2015, p. 46).

A situação de vulnerabilidade social da criança é agravante nas famílias mais pobres, onde as crianças são oprimidas e não contempladas com uma educação que venha considerar suas reais necessidades. Necessidades essas que vão além do acesso a bens e serviços, pois a pobreza faz com que a criança seja excluída e sem o devido acesso a recursos que seriam fundamentais para sua formação, uma vez que a cidadania se exerce desde a infância.

Segundo o censo publicado pelo Ministério da Educação, 3 milhões de alunos entre 4 e 17 anos estão fora da escola, sendo a busca do trabalho um dos motivos para a desistência escolar.

1.3 As relações sociais, modo de produção capitalista e suas consequências

O modo de produção capitalista e o conflito entre as classes sociais criam expressões sociais dentro da sociedade, essas expressões são formadas por problemas sociais constituídos pela contradição entre capital e

trabalho, são consequências trazidas pelas desigualdades e explorações da classe trabalhadora.

Os pobres são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social (YAZBEK, 2012, p. 289).

A pobreza como expressão histórica da questão social, exclui a população com pouca renda e afeta diretamente a família, abrangendo ainda mais com as transformações no mundo do trabalho. O não acesso de bens e direitos atinge não só ao que é econômico, a sua renda, mas afeta suas esperanças e suas perspectivas de mudanças, significativas para alcance de melhores condições de vida.

A pobreza e a exclusão social acarretam e aglomeram os conflitos da vida dos indivíduos, onde famílias buscam alternativas de trabalho resultante da desigualdade social e da degradação do mundo do trabalho, surgindo assim os subempregos como vendedores nos semáforos, catadores de papelão, limpadores de vidros, cuidadores de crianças menores. E, muitas vezes, as crianças entram

nesse ciclo, onde trabalham para ajudar no sustento da família, uma vez que seus responsáveis não conseguem suprir, as necessidades e se encontram na mesma situação de pobreza e miséria. Essas crianças vítimas da exclusão e da pobreza, enfrentam além da vulnerabilidade da questão social a responsabilidade de complementar a renda familiar.

O capitalista compra o direito de explorar a força de trabalho durante uma jornada, na qual o trabalhador não só produz o trabalho necessário para sua subsistência, mas um trabalho excedente ou um valor excedente. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p. 55).

O trabalhador por meio de sua relação com a sociedade e com o modo de produção capitalista, é conduzido a venda da sua força de trabalho, ele troca esta força por uma quantia como remuneração com valor inferior as suas necessidades. Apesar de produzir um trabalho excedente, se apropriando do trabalho não pago, este processo é caracterizado como mais-valia. A apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora, fortalece o sistema capitalista, passando a produzir e reproduzir o antagonismo e a desigualdade entre as classes sociais.

1.4 ESTADO E SERVIÇO SOCIAL

A partir do contexto voltado a situação da criança frente ao trabalho, e analisando a questão da educação na infância como um dos direitos previstos em lei,

observa-se que atualmente vem ocorrendo um retrocesso nas políticas públicas, principalmente no que diz respeito a fornecer o protagonismo das famílias em situação de vulnerabilidade.

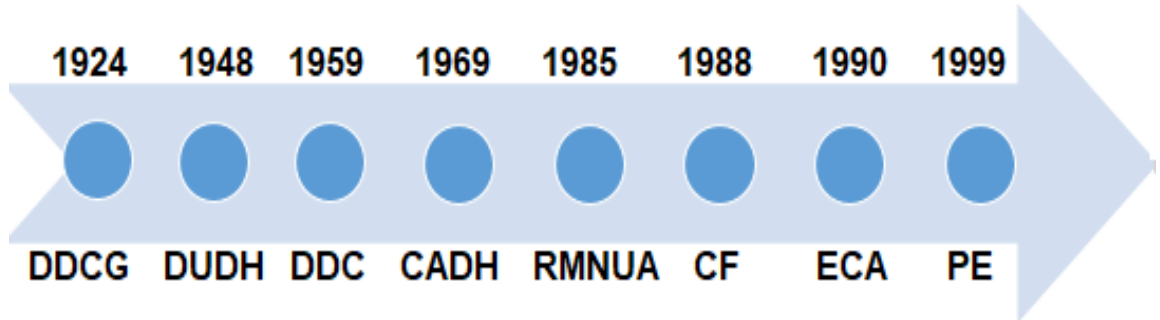
O Estado como construção da sociedade para sua organização, representando os direitos universais e responsável pelas políticas sociais, tem como dever garantir o acesso aos direitos sociais das famílias em situação de vulnerabilidade social. Investindo em políticas públicas e se responsabilizando, pelo enfrentamento da pobreza e exclusão imposta pela desigualdade, mas o estado é omissivo onde investe menos em políticas sociais, e mais para o capital favorecendo então o sistema capitalista.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sócio-político, onde intervém direto nas expressões sociais e a favor da classe trabalhadora, atuando a favor da universalidade dos direitos. Faz com que o sujeito desperte o senso crítico, na luta pela emancipação humana.

A profissão é regida por um código de ética, que firma a defesa intransigente dos direitos humanos. No caso da educação infantil o Serviço Social atua junto a escola, no trabalho interdisciplinar com outros profissionais, para que os direitos das crianças garantidos pela constituição sejam garantidos.

2. Método

A linha do tempo no campo legislativo dos direitos das crianças e adolescentes.



Fonte: Pesquisadores (2018).

- 1924: Declaração dos Direitos da Criança em Genebra
- 1948: Declaração Universal dos Direitos Humanos
- 1959: Declaração dos Direitos da Criança
- 1969: Convenção Americana sobre Direitos Humanos
- 1985: Regras Mínimas das Nações Unidas da Justiça de Menores
- 1988 Constituição Federal Brasileira /Art 227
- 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente
- 1999: Quatro Pilares da Educação

3. Metodologia

Este artigo foi dividido em 7 etapas de estudos, sendo alguma delas: a definição do assunto pesquisado, reunindo dados referentes a questão social que trata da vulnerabilidade social familiar, identificação das causas sociais do problema de pesquisa, leitura e diálogo com autores para propor ações que contribuem para o objetivo do artigo e identificação e mapeamento das políticas públicas dirigidas ao tema.

Tendo como o resultado esperado do estudo, expor as contribuições do projeto de pesquisa como assunto de relevância social, para compreensão das situações que levam a desistência escolar e afetam o desenvolvimento infantil.

4. Resultados

A partir desta análise, identifica-se que a criança é reconhecida como ser, em situação peculiar de desenvolvimento e como responsabilidade da família, da sociedade e do Estado deve ser proporcionado a ela o acesso a seus direitos. Apesar deste reconhecimento ainda existe algumas situações que acabam refletindo no acesso a seus direitos, como na educação, destacando a análise da influência da vulnerabilidade social da família, expressa pelo sistema capitalista por meio da exploração e desigualdade social.

A insuficiência da geração de renda originada pelo sistema capitalista, afeta diretamente a família e atinge a criança, ocasionando conseqüentemente a busca e prioridade do trabalho frente à escola. O Estado como um dos responsáveis pelo desenvolvimento da criança e o acesso dela a seus direitos, deve assegurar a educação, trabalhando juntamente com o assistente social voltado ao compromisso da classe trabalhadora e demais profissionais. Potencializando e protagonizando as famílias em situação de vulnerabilidade social, refletindo assim na importância da educação no desenvolvimento infantil.

5. Referências

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MÃOS DADAS. Disponível em:

<http://ultimato.com.br/sites/maosdadas/2013/01/22/a-historia-da-heroina-que-criou-a-declaracao-dos-direitos-da-crianca/>. Acesso em: 28 agosto. 2017, 18h00min.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. O serviço social e a interdisciplinaridade. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3915>. Acesso em: 09 junho. 2017, 22h30min.

Censo Escolar. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/censo-escolar-3-milhoes-de-alunos-entre-4-e-17-anos-estao-fora-da-escola>. Acesso em: 13 novembro.2017, 23H33.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 1969, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em:<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm>. Acesso em: 11 outubro.2017, 01h30min.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 8ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Declaração dos Direitos da Criança, 1959. USP. Disponível em:<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracaodos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 18 setembro. 2017, 20h30min.

Declaração de Genebra. Disponível em: <http://www.scj.pe.gov.br/scjpe/sites/all/themes/zentropy/pdf/producao_scj/CONSTR

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 20 setembro. 2017, 18h30min.

ISBN 978-65-991619-0-2

Educação e pedagogia. Disponível em:

<https://www.iped.com.br/materias/educacao-e-pedagogia/pilares-educacao.html>. Acesso em: 09 junho. 2017, 18h30min.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 59^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JEBB, Eglantyne. A História da Heroína que Criou a Declaração dos Direitos da Criança. Disponível em:

<<http://ultimato.com.br/sites/maosdadas/2013/01/22/ahistoriada-heroina-que-criou-a-declaracao-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 20 outubro. 2017, 00h30min.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. 3^oed. São Paulo: Cortez, 2017.

YAZBEK, Maria. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/j01k8G2OYc356230ru47.pdf>
Acesso em: 05/04/2018.



[2020]

todos os direitos desta edição reservados à © eSocial Brasil

Rua México, 156 – 121

Pitangueiras – Guarujá SP – 11410-350

+55 (13) 3329-1548

www.socialmeeting.info

contato@socialmeeting.info